



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MADRINHA OU PATROA?: SIGNIFICADOS DO TRABALHO EM CASA DE FAMÍLIA¹.

Lana Claudia Macedo da Silva²

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

lanacmacedo@ig.com.br

Introdução

O trabalho doméstico infantil não é novidade na sociedade brasileira. Se levarmos em consideração a história recente de ocupação da Amazônia, podemos verificar que esse quadro aparece vinculado ao fenômeno da migração desordenada, a marginalização da mulher e a inserção desta na economia global como exportador de recursos primários, provocando uma organização da sociedade onde a exploração sexual se tornou uma realidade estrutural e culturalmente aceita no Brasil e, particularmente nas localidades mais distante da Amazônia considerada veiculada como “terra sem lei”, marcada pela impunidade dada a desordem fundiária e a ausência do Estado.

No Pará, o trabalho doméstico feminino ganha contornos bem específicos, relacionados com a história de colonização pela qual passou a região Amazônica, estabelecendo relações autoritárias, não apenas entre estruturas de poder político, mas também no exercício de poder sexual entre homens e mulheres, onde o papel da mulher encontra-se fortemente atrelado a submissão.

Por outro lado, o recente processo de ocupação e desenvolvimento regional possibilitou a emergência de novos aglomerados populacionais e a implantação de

¹ Trabalho apresentado ao XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Salvador-Brasil, de 07 a 11 de agosto de 2011. GT: 40. INTERSECÇÕES ENTRE RAÇA, ETNICIDADE E GÊNERO: AFRICANOS(AS) E AFRO-BRASILEIROS(AS), CONEXÕES DIFERENCIADAS E / OU DESIGUAIS.

² Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da Dra. Cristina Donza Cancela.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

projetos econômicos que em nome do progresso desencadeou diversos tipos de distorções econômicas e sócio-culturais, em que a população, nativa e migrante, passou a vivenciar processos novos em suas relações sociais. Foi o caso da relação com a terra, com o trabalho e com os utensílios de subsistência. A incorporação de novas e diferentes tecnologias gerou novas necessidades, alinhadas com o padrão da sociedade de consumo contemporânea.

Graham (1992) em estudos sobre *criadas e patrões no Rio de Janeiro* em fins do século XIX, revela que somente a partir de 1860 o trabalho doméstico foi deixando de estar relacionado à mão-de-obra escrava e, estendendo-se entre as mulheres livres, sejam elas brasileiras ou imigrantes. E, acrescenta no ano de 1872 cerca de dois terços das mulheres livres na cidade do Rio de Janeiro atuavam no serviço doméstico. Cabe lembrar, que o processo abolicionista brasileiro emperrava quaisquer possibilidades de ascensão social por parte dos “libertos”. Este, em verdade, continuava aprisionado a uma situação de pauperização econômica, social e política. No Pará, esse quadro não destoava do resto do país, com o agravante da dimensão geográfica do Estado.

A migração para a cidade e o trabalho como “cria” de família

Vais trabalhar muito na juventude, mas, serás feliz na velhice.

A frase proferida soa como profecia cumprida. Mais de 30 anos se passaram e, o tempo revelou a competência da mãe-de-santo, “dessas que não se vê mais hoje em dia”. Azaléia³ é uma senhora de 72 anos, apesar de não aparentar tal idade (um atributo considerado popularmente com sendo próprio à raça negra) de estatura mediana, cabelos grisalhos, semblante triste e acabrunhado de quem o trabalho árduo e as adversidades subtraíram anos de juventude. Apesar disso, suas palavras expressam contentamento pelas conquistas advindas de seu ‘suor’. É a matriarca de uma família de três homens (sendo dois falecidos), duas mulheres, oito netos (quatro homens e quatro mulheres) e

³ Como é de praxe nas Ciências Sociais, os nomes dos pesquisados foram substituídos por pseudônimos, dificultando a identificação dos mesmos, garantindo assim, o anonimato daqueles que aceitam compartilhar conosco um pouco de suas histórias de vida, suas caminhadas, suas frustrações, mas também, seus risos e prantos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

quatro bisnetos do sexo masculino. Mas, nem sempre foi assim, a vida tranqüila de hoje, não sublima as privações (econômicas e afetivas) de outrora.

Azaléia, nascida em 1937, é a primeira e única filha viva de uma família de sete filhos. Filha de Maria e, de pai desconhecido, conforme consta em sua certidão de nascimento adquirida aos vinte anos de idade quando de sua vinda para a capital para efeito de trabalho.

Maria, a genitora de Azaléia, ambas de fenótipo similar, trabalhava na lavoura do interior do Estado do Pará, em início do século pretérito, lugar onde ‘deu a luz’ a seus sete filhos (duas mulheres e cinco homens) sem reconhecimento de paternidade. Ressalte-se que embora Maria não tenha nascido sob o signo da escravidão, os ranços do cativeiro permanecem vivos na sociedade daquele período.

Durante o período da escravidão os africanos eram separados por sexo, só tinham acesso ao sexo oposto para a reprodução; não cabe aqui, porém, nos alongarmos nas explicações acerca de como procediam os escravistas e como eram dispostos, esses homens e mulheres, nas senzalas. As mulheres ficavam com seus filhos e deles cuidavam quando isso lhes era permitido. Dessa forma, aos poucos, surge um tipo de família matrilocal e matrifocal que será conservada após a libertação dos negros: as mulheres são as responsáveis pela casa e pela manutenção da mesma. Lembrando que para as mulheres, após a libertação, era mais fácil conseguir trabalho do que para os homens: trabalho doméstico, lavagem de roupas para fora, comidas que podiam ser vendidas em tabuleiros nas ruas, enfim, tantos serviços que mantêm a mulher em casa. Já para os homens era mais difícil realizar esses serviços ou conseguir um emprego fixo. As mulheres que são as chefes da casa só aceitam um homem quando ele pode dar o sustento doméstico, como nos mostra Woortmann. [...] A patrilinearidade não foi restabelecida no Brasil: a mulher cuida da família no sistema escravista, continua cuidando depois da libertação, estabelecendo um sistema matrilinear (TESSEROLLI, 2009, p. 05).

Portanto, não há elementos para pensar que se está diante de uma relação equitativa entre homens e mulheres, marcada pela fluidez entre os gêneros. Mas, dadas as condições sociais desfavoráveis para uma mãe solteira proveniente do interior do Estado do Pará em meados do século XX, pode-se inferir sobre a dificuldade de contrair matrimônio, sendo que este não se apresenta como um recurso acessível a essa parcela da sociedade marginalizada, seja pela questão cultural ou ainda pelos recursos monetários que não estão disponíveis, conforme hipótese sustentada por Donza (2008)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

em pesquisa realizada entre fins do século XIX e início do XX na capital amazônica acerca dos significados do casamento.

Os estudos de Sâmara (1989) sobre o período colonial brasileiro fornecem indícios de que a família patriarcal não era predominante no Brasil do século XVIII e XIX, onde se encontrava famílias de estruturas mais simples e com um número menor de membros. Em São Paulo, essas famílias extensas eram em número de 26% dos domicílios, os outros 74% representavam outras formas de composição familiar. As famílias extensas eram, portanto, representativas de apenas uma minoria da sociedade. Não se pode omitir que nesse momento, as famílias consideradas ilegítimas⁴ possuíam grande representatividade, pois o casamento institucionalizado se tornava oneroso e, portanto, não era acessível às pessoas provenientes da camada popular. Coexistiam, pois, distintos padrões familiares.

Aos 12 anos de idade, Azaléia foi encaminhada para a capital paraense em busca de melhores condições de vida para si e sua família. Outra pesquisada, Vitória relata a idade de 13 anos. O episódio sinaliza o período em que a sociedade envolta compreende que a menina antes pensada como criança passa a ser tratada como “mocinha”. O ser “mocinha” envolve, entre outras coisas, noções de responsabilidades que todo indivíduo deve ter ao alcançar a idade adulta.

Vale ressaltar que, o episódio acima retratado era comum à vida social das pequenas comunidades Amazônicas, reforçado nas palavras de Azaléia ao afirmar que muitas “meninas” de sua faixa etária, nascidas no interior, vinham para a capital amazônica para trabalhar em casas de melhor situação financeira que a de suas famílias. Situação similar é retratada por Rizzini (1999) em artigo denominado *Pequenos Trabalhadores do Brasil*, no Estado do Rio de Janeiro em meados do século XIX.

A primeira ida para a capital é intermediada por um conhecido ou parente, como é o caso de Vitória e Azaléia, respectivamente.

Eu vim porque hoje a situação no interior é difícil, imagine naquele tempo. Não tinha emprego, não tinha nada, a gente passava certa necessidade porque era interior mesmo. Aí meu irmão arranhou emprego pra mim em casa de

⁴ Segundo Sâmara (1989), são famílias não provenientes do casamento.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

família, foi quando eu vim embora pra cá. Até hoje eu to por aqui (VITÓRIA, 2009).

Eu fiquei toda contente porque eu via as meninas irem (para Belém), quando vinham (para o interior) tinham aquela roupinha bonita, vinham tudo bonitinha, elas vinham tudo bem vestida, davam as coisas pros seus pais. Eu ficava olhando assim pra mamãe, a mamãe muito pobre, humilde (AZALÉIA, 2009).

Para ambas, a migração para a cidade simbolizava a mudança de estatuto social. A condição de “cria” em casas de família representava a possibilidade de auferir renda para dispêndio de produtos inacessíveis á sua família de origem, como vestimentas. Outrossim, a condição de única filha lhe confere obrigações familiares. O trabalho constituía um imperativo que possibilitaria a troca de obrigações mútuas entre mãe e filha. Conforme dito anteriormente, a divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal converge para que o sexo feminino disponha de maior oferta de trabalho em detrimento do sexo masculino, dada as características e nuances do trabalho desenvolvido por um e outro.

Rizzini (1999) e Motta-Maués (s/d) referem-se a “cria” como pertencendo a um estatuto diferenciado da “mucama”, pois não se encontra na condição cativa, mas também, não se enquadra como empregada doméstica visto não ser assalariada.

De acordo com estudos de Motta-Maués (s/d), a “cria” encontra-se em processo de transição de um modelo escravo para um abolicionista, isto é, não está na condição de escrava, mas também, não se pode afirmar que seja liberta. Pode-se dizer que, a “cria” tem sua identidade indefinida, pois ainda que, more e trabalhe em “casa de família” dedicando a esta família longos anos de sua vida, ela não é considerada como um membro da família. Em artigo “Uma vez ‘cria’ sempre ‘cria’(?): Adoção, gênero e geração na Amazônia” (s/d), a pesquisadora se debruça sobre a história de duas “crias de família”, buscando compreender essa personagem em contexto amazônico, particularmente no Estado do Pará.

Motta-Maués ao refletir sobre os precursores da “cria”, aproxima seu olhar dos problemas sociais advindos do período abolicionista. A partir de 1988 é criado o “corpo de trabalhadores”, com a finalidade de oferecer mão-de-obra (geralmente jovens e adolescentes vindos do interior) aos cargos disponibilizados pelo governo do Estado,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

como por exemplo, serviços gerais e forças armadas. Entretanto, a disparidade entre a oferta e a procura de trabalho produz uma massa de trabalhadores sem oportunidades, que ficavam à margem da sociedade e, portanto, considerados pela elite paraense como “vadios” e perturbadores da ordem social. Na intenção de minimizar esse problema, essas pessoas foram encaminhadas aos serviços domésticos em casas de famílias abastadas da capital.

O discurso de ambas revela as dificuldades financeiras que a família enfrentava nas localidades de origem. A semelhança na trajetória inicial dessas mulheres é desconstruída a partir da moradia em casas de família em Belém. Azaléia apresenta complicações de adaptação ao trabalho doméstico e a moradia distante de sua família, enquanto Vitória passou nove anos trabalhando como criada, conforme trajetória descrita adiante.

Passados alguns meses e, após muitas lágrimas corridas pela face, Azaléia retorna à casa de sua mãe, pois “não se acostumou” à vida citadina. Alguns anos se passaram e, uma nova tentativa é feita. Desta vez, aos 16 anos a menina retorna à capital para viver em outra “casa de família”. Novamente, a tentativa é frustrada e Azaléia retorna à casa da mãe. Durante seu segundo retorno a adolescente de dezessete anos engravida de sua primeira filha por ocasião de um baile⁵. Os bailes constituíam o momento de diversão e namoro.

Del Priore (1989) se refere às festas como lugar propício aos encontros amorosos, lembra que durante o período imperial no Brasil, isso era muito freqüente:

Tudo era pretexto para reuniões e encontros. São João, Reis, Natal, com dança depois da missa, bailes à fantasia em que mimosas pastoras ou lindas escocesas, iluminadas por velas eram tiradas para dançar. O tempo da festa do Natal, segundo padre Perereca, era o mais propício para os jovens. Nele se pescavam amores novos e começavam namoricos para o ano inteiro... (DEL PRIORE, 1989, p.134).

⁵ Essas informações foram prestadas pela entrevistada, porém em conversas mais íntimas com uma de suas filhas a mesma revela forte desconfiança do contexto em que ocorreu a primeira gravidez de sua mãe, pois Azaléia revela muito ressentimento e mágoa dos pais de seus filhos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Igualmente, Thales de Azevedo (1986), em seu estudo sobre o namoro em fins do século XIX e início do XX, notou a importância das festas como cenário propiciador à formação dos pares e, portanto, ao namoro. Para esse autor, a dança apresenta-se como uma das formas de aproximação dos casais, que ensejava o namoro.

Sua primogênita, Amanda nasceu no interior, onde permaneceu sob os cuidados de sua avó materna. O nascimento de Amanda marca o momento de atribuição de responsabilidades por Azaléia que agora precisava se ajustar à lida dos afazeres domésticos. As diferentes tentativas de morar em casa de família evidenciam a resistência ao trabalho em casas de famílias.

Enquanto isso Vitória relata:

Era limpeza de casa, encerar. Naquele tempo o serviço era muito pesado. Hoje já tem enceradeira, naquele tempo, era um material que eles faziam tipo um tijolo, sabe? Era manual, mas aquilo cansava muito!

E complementa:

Só trabalho. Às vezes eu digo assim pra minha filha: “olha, se eu ganhasse um mundo de presente e se eu precisasse de um, como é que se diz? Um boletim escolar pra ganhar, eu não ganhava!”. Eu não tenho.

Como Vitória pernoitava na casa não havia um momento exclusivo para lazer. O trabalho era todo dia, o dia todo. Enquanto para Azaléia os descansos aconteciam ocasionalmente quando precisava visitar sua mãe no interior (geralmente por motivo de doença) e, aproveitava a ocasião para levar-lhe gêneros alimentícios, vestimentas e dinheiro. Passavam-se meses sem que Azaléia visitasse sua mãe, irmãos e filha.

O tempo e a idade da pesquisada não favorecem a precisão de situações temporais e espaciais, como é caso do período de resguardo entre o nascimento de seus filhos e o retorno ao trabalho. Todavia, em estudo realizado na comunidade de Itapuá, município de Vigia, a antropóloga Motta-Maués (1993) observou a importância do resguardo pós-parto, caracterizado por restrições alimentares e comportamentais durante quarenta dias. Segundo a autora:

O período do resguardo pós-parto é considerado, em Itapuá, como extremamente perigoso para a mulher. As pessoas costumam dizer que, até se completarem os quarenta dias posteriores ao parto, tempo que dura o período mais rigoroso do resguardo, a mulher está “com o pé na sepultura”. Uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

série de prescrições e proibições de vários tipos acompanham essa fase, e podem ser vistos como os procedimentos necessários para que ela seja ultrapassada com êxito” (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 143).

Embora não se possa precisar o período de puerpério, acredita-se que a quarentena seja prática costumeira entre as mulheres de camada popular.

O terceiro retorno à Belém ocorreu aos dezoito anos de idade, desta vez indicada por uma tia paterna para uma terceira casa de família. Azaléia inicia o trabalho na casa daquela que mais tarde receberia a alcunha de “madrinha”. O parentesco social advém da iniciativa de sua patroa/madrinha para que Azaléia seja crismada aos 20 anos de idade, após confecção de sua certidão de nascimento.

Vitória também se refere a figura da madrinha social: “Antigamente tinha esse negócio que rico que se dava com pobre era padrinho não sei de quem, era muito respeitado naquele tempo”. A expressão naquele tempo marca um período pertencente a um passado longínquo, onde as relações de parentesco social eram valorizadas, ao contrário dos dias atuais.

Woortmann (1987) define o compadrio enquanto uma relação de parentesco metafórica que consiste em uma estratégia de reforçar, pela ritualização, uma relação de parentesco já existente. Para o autor, há dois tipos de compadrio: compadrio vertical (entre pessoas de classes sociais distintas); compadrio horizontal (entre pessoas de mesma classe social)

Os dois casos ora analisados contrastam fortemente com os estudos de Woortmann na cidade de Salvador (1987), pois embora o compadrio possa ser interpretado como um parentesco simbólico, porém, ele não consolida um parentesco existente, mas ao contrário, ele constrói uma nova relação de parentesco entre pessoas de classes sociais distintas, portanto, ele caracteriza uma relação assimétrica que permite dupla interpretação. Se por um lado, revela-se como estratégia de promoção social por parte da “criada”, estabelecendo laços de solidariedade indispensáveis à manutenção do grupo familiar, visto que, a responsabilidade do compadrio estende-se não somente para a afilhada, como também, para a mãe e irmãos (MATTOSO, 1992),



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

por outro lado, a “madrinha” diferencia-se da figura patronal, escamoteando a relação “patroa”/“criada”.

“Eu queria viver a minha vida mesmo”: percepções acerca do trabalho doméstico

A frase acima expressa o significado do trabalho em casa de família para Vitória. “Prisão” e “Casinha de pombo” são algumas das representações citadas pela mulher que trabalhou durante nove anos como cria de família em Belém, conforme relato abaixo:

Eu saí de lá porque eu queria conhecer o mundo, eu queria viver a minha vida mesmo. Eu queria conhecer o mundo, porque a gente morava lá tipo nesses cômodos. Em cima era a casa, em baixo a loja. Era uma prisão danada! A gente não podia sair. Porque em cima era tipo uma casinha pombo. Lá pra frente era quarto, era uma família bem grande. Acontece que pra gente chegar na rua tinha que descer por dentro da loja, e pra gente não era permitido, empregado sair por dentro da loja. E quando era à noite, que a gente saía pra passear com a filha dela que a gente acompanhava, tudo era por dentro da loja. A mãe da moça que a gente saía, que era filha dela. Quer dizer, quando a gente saía ainda trancava o portão.

O discurso descreve a duplicidade de tarefas assumidas pela criada. Ela exercia atividades domésticas de lavagem e passagem de roupas, limpeza da casa, além de dama de companhia da filha da patroa. A pesquisada ainda compara a casa em que trabalhava como uma prisão, revelando a situação de enclausuramento em que se encontrava, sem contato com a família de origem e principalmente, sem garantias salariais conforme relato abaixo:

Nada, mana. Eu só me vestia e comia. Eu só vim pegar dinheiro, por minha conta depois que eu saí de lá, né? Que eu já era de maior.

Situação semelhante a de Azaléia revelando que o serviço não tinha hora para acontecer, nos três turnos (manhã, tarde e noite) a criada era requisitada para executar tarefas em âmbito doméstico, principalmente, atividades de limpeza da casa e lavagem da roupa. Ela lembra que acordava cedo para lavar o pátio grande da casa. O trabalho realizado em tempo integral era “recompensado” com alimentação diária, hospedagem em tempo integral, dinheiro esporádico e, “agrados” do tipo roupas e calçados semi-novos. Azaléia relembra que, no interior onde sua mãe morava para conseguir um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

vestido usado para a filha (Azaléia) sua mãe tinha que trabalhar na roça alheia, de sol a sol, por três dias consecutivos. Portanto, para Azaléia a vida no interior exigia mais sacrifícios em comparação à cidade, onde o trabalho ocorre em âmbito doméstico, na sombra.

Após alguns meses sem visitar a mãe, Azaléia recebe bilhete de sua genitora informando-lhe a situação de penúria em que esta se encontrava com os filhos menores e a neta. Azaléia relembra a escrita que dizia “era melhor morrer que passar por essa situação”. Em prantos ela entrega o bilhete para sua madrinha tomar conhecimento do acontecido. Mesmo estando às vésperas de ir para a maternidade, a madrinha permite que a criada vá até sua família levar alimentos, mas, na condição de retornar no dia seguinte. Assim se procedeu. A lembrança de Azaléia desse momento é marcante, sua memória registrou cada detalhe do episódio, desde a hora de sua chegada na localidade (13:00), até o vento que alisava os cabelos da menina de feição indígena que corria ao encontro da mãe, a ausência de comida nas panelas e a febre do irmão mais novo.

Após essa visita Azaléia retorna preocupada e lastimando-se da má sorte de sua família. Em um almoço de domingo com a família reunida em torno da mesa, seus padrões indagam: “Azaléia, você quer trazer sua família para morar na cidade?”. A pergunta obteve resposta incisiva “eu quero”.

Azaléia resolve conduzir sua mãe, os dois irmãos mais novos e, sua filha Amanda de dois anos de idade para a cidade, a contragosto de seus parentes e, principalmente de Joaquim, seu irmão mais velho, que trabalhava em uma geleira vendendo peixe no mercado do ver o peso. O ver o peso é considerado um dos principais pontos turísticos da metrópole e a maior feira aberta da América Latina. Para Joaquim a cidade constituía espaço de difícil convívio, pois na cidade “não se vive sem dinheiro” e, conseqüentemente, sem trabalho. Mas, para “arrumá trabalho” o indivíduo necessita ter o domínio de instrumentais educacionais.

Ainda havia o receio por parte de parentes, tios e primos, insinuando que seus irmãos menores de idade corriam risco de serem presos, se pego andando pelas ruas da capital. Uma alusão ao fato de que menores encontrados circulando pelas ruas da cidade em ‘atitude suspeita’ eram encaminhados às instituições sociais, conforme revelado em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

relatório de pesquisa sobre o *Resgate Histórico dos Tipos de Atendimento à Criança e ao adolescente em privação de Liberdade, em Belém do Pará – 1964/1990* (CORRÊA, ALVES NETO E GONÇALVES, 1995). Os autores supracitados ressaltam que a sociedade patriarcal, exerce controle severo sobre o sexo feminino, sendo mais resguardado ao âmbito doméstico, sendo a menina preparada para o exercício futuro da maternidade e das “prendas do lar”. Em se tratando do sexo masculino, a urgência no internamento é agravada devido seu papel social considerado mais como forte, bravo e violento.

Chama-se atenção ainda para a expressão “atitude suspeita”, segundo os autores: “[...] Neste caso, o ato de enquadrar o adolescente em ‘atitude suspeita’, pode muito bem ser justificado pela sua cor, aparência, comportamento”. Nesse sentido, o quesito “cor” refere-se aos negros e pardos, o atributo “aparência” incide sobre a vestimenta que se usa e, por fim, o último predicado pode estar relacionado diretamente ao entrelaçamento dos dois primeiros, considerando o forte indicador social subjacente a tais características.

Nesse sentido, uma série de elementos converge para a segregação social dessa família de mãe solteira, vinda do interior do Estado, com filhos pequenos, de raça negra, proveniente de camada popular e, portanto, sem acesso aos serviços públicos disponíveis na capital como saúde e educação.

Em verdade, eles foram não propriamente para a capital, mais para uma cidade adjacente, Ananindeua, que se encontrava em processo urbanístico diferenciado de Belém, na finalidade de “tomar conta” do sítio da “madrinha” de Azaléia. Contudo, o “convite” não pode ser caracterizado como simples gesto de bondade, mas, tratava-se de conciliar situações contrastantes, pois simultaneamente, conseguia-se “caseiros” para cuidar da casa de campo da família, ao mesmo tempo em que se fornecia moradia à família de sua “cria”, ficando esta em eterna gratidão pelo gesto.

A moradia no sítio foi dificultada pela distância deste em relação aos serviços públicos essenciais como saúde. No período de moradia no sítio, Azaléia teve mais dois filhos, Amadeus e Ana Rosa. Em um episódio de malária que acometeu toda a família, Amadeus, com menos de um ano de idade, não resiste à doença e morre. O



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

acontecimento sinaliza para a procura por nova moradia, desta vez própria. Cabe ressaltar que as circunstâncias em que seus filhos nasceram não são devidamente exploradas, pois a pesquisada não aparenta empenho em fornecer dados sobre essa particularidade.

“Eu não tenho casa, não tenho nada”: o sonho da casa própria se realiza

A aquisição da casa própria representa um marco na história dessa família e, particularmente, de Azaléia, obstinada em sair da casa de sua “madrinha” para “cuidar” de sua mãe e de seus filhos vivos. A ruptura com a condição de criada vem seguida de retaliação por parte da madrinha que havia conseguido estudo e emprego para o irmão caçula de Azaléia. Desfeita a condição servil da “cria” rompe-se o laço social e, portanto, ambas estão isentas de quaisquer obrigações uma com a outra. Desde então, Azaléia passa a trabalhar em serviços domésticos esporádicos como lavagem de roupas e limpeza de casa, o que lhe permitia acumular dinheiro para o sustento de sua família, incluindo o aluguel da casa que havia adquirido em sorteio da Companhia de Habitação do município de Belém (COHAB).

Havia a expectativa de melhoria de vida a partir da conquista da casa própria, pois o dinheiro do aluguel poderia ser utilizado para outros fins. Mas, com pouco tempo morando na casa nova, Amanda, a primogênita de Azaléia adoeceu, acometida de anemia grave, sua mãe não teve alternativa senão vender a casa para terceiros para custear as despesas com hospital para a filha.

Nesse período Azaléia acabará de iniciar novo trabalho como serviços gerais em um conceituado hospital do município de Belém. Após sucessivas faltas, para cuidar da filha no hospital, ela perde o emprego. Com os contatos que havia feito no hospital passou a trabalhar como faxineira em uma pousada. Nesse ínterim, Azaléia passou a trabalhar em uma fábrica de castanha localizada na capital. Esse trabalho durou cinco anos até que sua primeira filha, Amanda, e seu primeiro filho, Aristóteles começam a trabalhar pela marinha mercante, auferindo bons rendimentos familiares, o que permite



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que Azaléia pare de trabalhar fora de casa para cuidar de sua mãe idosa que se encontrava em cadeira de rodas em decorrência de uma queda.

Vitória, por sua vez, ao sair da casa de família também trabalhou em uma fábrica de castanha local:

Eu fui pra fábrica de castanha, aí que eu comecei a ganhar meu trocadinho, encostado, mas... era na MUTRAN. Aí eu comecei a trabalhar encostada, a ganhar meu dinheirinho. Acho que foi uns cinco a seis anos que eu trabalhei encostada. A gente acordava 3 horas, 4 horas pra tá lá na empresa e trabalhar já. Eu saía daqui 4 horas, a hora que eu ia trabalhar, chegava em casa quatro horas da tarde. É porque quando a gente queria ganhar um trocado a gente chegava mais cedo, tinha que fazer hora extra. Porque a gente encostada, a prioridade era das pessoas que tinham mais confiança.

O novo trabalho foi intermediado por uma mulher conhecida que também trabalhava como criada em casa de família:

Uma pequena. Sabe essas pessoas que trabalham em casa de família? Uma conhece a outra aí: “borá pra lá?”. Aí fomo trabalhar pra lá, ainda quando eu me mudei pra cá eu ainda trabalhava, mas encostada. Eu vim ter carteira assinada mesmo, pra mim ter meu salário na travessia de ano.

Após cinco ou seis anos na fábrica de castanha, sem carteira assinada, Vitória conhece Vitor e, com alguns meses de namoro decidem morar junto e após um ano nasce a primeira filha:

Foi, aí ela ficou cuidando de casa, até porque o meu pai era meio ditador, sabe? Mulher pra ele não trabalhava, só tinha que cuidar de filho. Ele era bem... eu lembro que quando ele chegava em casa 7 horas 7 e 30, a casa já tinha que tá fechada. Ele não gostava assim, sabe... ele era uma pessoa muito prestativa, vinham aqui, mas ele não era de tá na casa dos outros. Se tu visse ele conversando é porque ele já vinha tomado umas cervejas aí. Aí ele parava e conversava, mas fora isso. Então passava um tempão aqui em casa cuidando da gente. Cuidando da casa (VIOLETA, filha de Vitória, 2009).

Após o casamento, Vitória trabalhou em empresa rodoviária, onde ficou por dezessete anos recebendo um salário mínimo como serviços gerais, limpando ônibus e cozinhando.

À guisa de Conclusão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Pesquisar mulheres chefes de família não é examinar somente números estáticos, mas é, sobretudo, observar as emoções e sentimentos vivenciados por essas mulheres, na tentativa de transpor as portas de um conhecimento que foi somente delas, enquanto filhas, mães, esposas, viúvas, amantes, e até chefes de um domicílio. Apreciar a trajetória dessas mulheres é uma tarefa enriquecedora, porém, difícil. Compreender os valores sociais impregnados no cotidiano de nossas vidas, os ranços da escravidão presentes na sociedade dita moderna, como a vida transcorria no mundo da casa é algo fascinante e ao mesmo tempo complexo.

A divisão sexual do trabalho permeia a infância pobre brasileira de modo a permitir a internalização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. As crianças desde pequenas são preparadas para o exercício das atividades diferenciadas segundo o gênero, as meninas em espaço privado e os meninos, em contraposição, na esfera pública. A mulher desde criança é pensada como alguém apta a desenvolver atividades domésticas e de cuidado com as crianças menores e, por outro lado, desestimulada ao trato com o público e as atividades que envolvam força física, destreza de raciocínio e outras consideradas de âmbito masculino. O homem, ao contrário, é estimulado a potencializar o domínio do espaço público, de maneira a contribuir para seu processo de autonomia do seio familiar, e, paralelamente, desenvolver suas características tidas como “natas” de poder e autoridade.

O estudo de caso aqui explorado revela que, embora os condicionantes sociais, históricos e econômicos sejam importantes para projetar os caminhos traçados individual e coletivamente, eles não podem ser pensados de maneira estanque, determinante. Nascida em uma época de poucas oportunidades para as mulheres, em situação social adversa, dada sua condição econômica, etnia e gênero. Apesar de toda uma conjuntura desfavorável, Azaléia e Vitória encontraram oportunidades de reescrever sua história familiar ao oportunizar escolaridade para aos filhos nascidos de seu ventre.

No que tange a categoria trabalho, a estreita relação entre o projeto individual e o projeto familiar foi decisiva para redimensionar o projeto de vida do grupo familiar.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Considerando a interligação entre passado, presente e futuro, pensados não de maneira seccionada, mas tecidos no cotidiano das relações sociais.

Cabe ressaltar, que a condição de cria de família não oportunizara mobilidade social para ambas as mulheres, tendo em vista que, o exercício da atividade não lhe permitia estudar. A relação com a família de origem também era tênue e esporádica dada a situação de precariedade em que o trabalho em casa de família acontecia, todos os dias, o dia todo. Nesse sentido, cabe pensar que a ruptura com a condição de cria de família foi decisiva para redefinir o projeto individual e familiar para ambas.

Referências:

AZEVEDO, Thales de. **As Regras do Namoro à Antiga**. São Paulo, Ática, 1996.

CORRÊA, Ivone Maria Xavier de Amorim; ALVES NETO, Manoel de Cristo; GONÇALVES, Zuila de Andrade. **Resgate Histórico dos Tipos de Atendimento à Criança e ao adolescente em privação de Liberdade, em Belém do Pará – 1964/1990**. Belém: UNAMA/FCBIA/ASIPAG, 1995 (Relatório de Pesquisa).

DEL PRIORE, Mary. O Corpo Feminino e o Amor. In: **Amor e Família no Brasil do Século XIX**. D'INCAO, Maria Ângela (Org.). Ed. Contexto, São Paulo, 1989.

DONZA, Cristina Cancela. Destino cor-de-rosa, tensão e escolhas: os significados do casamento em uma capital amazônica (Belém, 1870-1920). In: **Cadernos PAGU**. Campinas, nº 30, jan./jun, 2008.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O Filho da Escrava. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **“Trabalhadeiras” & “Camarados”**: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, 1993.

_____. Uma vez “cria” sempre “cria” (?): Adoção, gênero e geração na Amazônia. In: LEITÃO, Wilma; MAUÉS, Raimundo Heraldo (Orgs.). **Nortes Antropológicos**; trajetos e trajetórias, Belém, EDUFPA (no prelo).

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, o Poder e a Família**: São Paulo, século XIX. Marco Zero/ Secretaria da Cultura, São Paulo, 1989.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TESSEROLLI, Mírian. Algumas Reflexões sobre a Organização Social da Mina Maranhense e do Keto em Belém do Pará. In: **Revista de Estudos da Religião**. Pós-graduação em Ciências da Religião – PUC- São Paulo, março, 2009.

WOORTMANN, Klaas. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, CNPq, 1987.